

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 6.544, DE 2002

“Dispõe sobre a invalidade de contrato ou título de crédito assinado em banco, altera o art. 71 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que ‘dispõe sobre a proteção do consumidor’, e dá outras providências”.

AUTOR: Dep. MENDES THAME

RELATOR: Dep. CASARA

PARECER VENCEDOR

I - RELATÓRIO

O projeto de lei nº 6.544, de 2002, que pretende alterar o art. 71 do Código de Defesa do Consumidor, acrescentando ao dispositivo um parágrafo único para tornar criminosa a conduta de quem utiliza ameaça, coação ou constrangimento físico ou moral para obrigar o consumidor a assinar contrato, recibo ou título de crédito que esteja em branco, recebeu voto de seu ilustre Relator, Deputado Nelson Bornier, rejeitando-o.

Justifica o nobre Relator que: 1) não existe norma legal que obrigue o cidadão a assinar qualquer documento em branco, muito menos contratos ou títulos de crédito. Se isto ocorre é por livre vontade do assinante que “confia” naquele de quem recebe o contrato, título de crédito ou outro documento qualquer; 2) Se a pessoa for coagida ou ameaçada de qualquer forma a assinar em branco qualquer documento, basta que consiga provar o fato para que a Justiça torne nulo o ato e, se cabível, conforme o caso, ser aplicada a devida sanção àquele que obrigou ou incitou o ilícito.

A nosso ver, o Relator não tem total razão. Realmente, não existe norma legal que obrigue o cidadão a assinar documento em branco. Existe, sim, norma proibindo que o cidadão assine norma em branco (CDC, art. 46). A problemática dos documentos assinados em branco extrapola o comportamento motivado pelas relações de “confiança”, pois é grande a quantidade de condutas deliberadas tendentes a coagir, ameaçar ou constranger o consumidor a assinar contratos em branco.

De fato, o art. 46 do CDC diz que “Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, **se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo**, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.” (não tem grifo no original).

Para se obter o cumprimento desse artigo, as promotorias de defesa do consumidor, tem proposto várias ações de obrigação de fazer ou não fazer, para obrigar o Contratado a se abster de praticar a conduta em desfavor do contratante sob pena de multa, conforme exemplifica a promotoria de defesa do consumidor do Estado de São Paulo na seguinte ação:

“Apurou-se nos autos do Inquérito Civil nº 009/97, em anexo, que a Nossa Caixa - Nosso Banco oferece empréstimos em dinheiro; concessão de crédito em conta corrente e financiamentos para aquisição de bens móveis ou imóveis, no mercado de consumo, utilizando-se de contrato padrão com "letras miúdas", o qual é impresso em caracteres e cláusulas agrupadas, sem qualquer forma de espaçamento e separação por linhas entre uma cláusula e outra, o que não possibilita leitura normal e adequada do contrato, acarretando enorme dificuldade para legibilidade e compreensão de seu conteúdo e alcance. Ademais, as cláusulas contratuais que importam na limitação de direitos do consumidor não são destacadas, e em desrespeito ao disposto no art. 54 do Código de Defesa do Consumidor.

Verificou-se, ainda, que os contratos de adesão utilizados pela requerida contém, em seu bojo, algumas cláusulas abusivas, violando a regra geral de boa-fé que deve nortear os negócios jurídicos.

Especificamente, mostra-se abusiva a cláusula que impõe a emissão e assinatura de nota promissória sem especificação do respectivo valor - nota promissória em branco -, e a que exige o pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante do débito na hipótese da requerida necessitar recorrer às vias judiciais para cobrança de seu crédito.” (Processo nº 149/98, 1ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo). **O grifo não consta do original.**

Ou seja, o contratado que obriga a assinar papéis em branco pode vir, de acordo com a legislação atual, a ser condenado a abster-se dessa prática, através de uma ação de obrigação de fazer ou não fazer. A presente proposta, de autoria do nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, pretende incluir essa conduta dentre aquelas consideradas infrações penais, no CDC, aplicando-se-lhe as mesmas penas do art. 71 (detenção de 3 (três) meses a (um) ano e multa).

A propósito, o art. 71 do CDC considera infração penal utilizar na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas, incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer.

Considero, porém, que para se alcançar plenamente o intento do autor, seria necessário alterar também o art. 46 do mesmo Código de Defesa do Consumidor para garantir que os contratos de adesão e quaisquer outros documentos ou títulos de créditos que os acompanhem, tais como, notas promissórias, cheques, caução, entre outros da mesma natureza, sejam devidamente preenchidos e entregues ao contratado mediante recibo. Não sendo fornecido o recibo de entrega dos documentos, o contrato será considerado nulo, conforme dispõe o art. 166 do Código Civil.

Considerando tratar-se de iniciativa importante para a defesa do consumidor, apresento substitutivo para alterar o art. 46 e o art. 71 da Lei 8.078 (Código de Defesa do Consumidor).

II – VOTO

Assim sendo, VOTO, no mérito, pela aprovação do PL 6.544, de 2002, nos termos do substitutivo ora apresentado.

Sala da Comissão, 24 de setembro de 2003.

Deputado HAMILTON CASARA

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 6.544, DE 2002

Altera o art. 46 e 71 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 46 e 71 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 46.....

§ 1º Os contratos referidos no *caput* e documentos acessórios serão entregues aos consumidores mediante recibo que comprove o devido preenchimento;

§ 2º O recibo de entrega é da essência do ato negocial e o seu não fornecimento torna nulo o contrato.”

“Art. 71.....

Parágrafo único. Incorrerá nas mesmas penas quem utilizar ameaça, coação ou constrangimento físico ou moral para obrigar o consumidor a assinar contratos, documentos acessórios ou recibos que estejam em branco.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 24 de setembro de 2003.

Deputado HAMILTON CASARA